

Problema é do Inamps, diz Frejat

Marco Túlio Alencar

O secretário de Saúde do Distrito Federal, Jofran Frejat, disse que está tranquilo com relação à licitação para a construção do Hospital do Paranoá. "O Tribunal de Contas do DF, a quem eu devo explicações, considerou improcedentes as acusações sobre a licitação. O problema agora cabe ao Inamps que aceitou o estudo técnico que definiu o preço da obra. Esse órgão é que tem de prestar esclarecimentos ao Tribunal de Contas da União", afirmou. A construção está interrompida há cerca de quatro meses devido à falta de recursos que não vêm sendo repassados pelo Inamps.

A discussão sobre a licitação do Hospital do Paranoá começou, de acordo com Frejat, com o questionamento que foi feito sobre a licitação através de preço-base sigiloso.

De acordo com o edital para a concorrência pública, que aconteceu em maio do ano passado, seriam desconsiderados os preços que ficassem 10% acima ou abaixo do preço estipulado — porque seriam considerados inexistíveis. O Inamps exigia a licitação dessa maneira, segundo explicou o secretário, nos casos de construção através de convênio com o órgão. "O preço, inclusive, ficou abaixo de outros hospitalares planejados pelo próprio Inamps", afirmou.

Equipamentos

O preço por metro quadrado do Hospital do Paranoá é de US\$ 1 mil 600, enquanto o de outros hospitais do Inamps chega a US\$ 1 mil 700, de acordo com Frejat. "É muito curioso que o hospital que tem o menor custo, num conjunto de 17 obras seja o superfaturado", observou. O secretário da Saúde disse que o laudo técnico emitido pela

Divisão de Patrimônio do Inamps que demonstra superfaturamento da obra em 50% não leva em conta os preços dos equipamentos que fazem parte do conjunto da obra: caldeira, sistema de telefonia, oxigênio, ar-condicionado e outros itens.

Frejat afirmou que há cerca de uma semana o Inamps enviou ao Tribunal de Contas da União a complementação das informações sobre a construção do Hospital do Paranoá. "O Inamps precisa explicar como ele concordou com o preço estipulado pelo departamento de engenharia", disse. O secretário observou ainda que os peços comparados que levaram o deputado Jackson Pereira (PSDB/CE) a solicitar abertura de inquérito à Polícia Federal são de fevereiro, enquanto a licitação aconteceu em maio do ano passado, sendo necessário considerar a inflação desse período.